



Níveis hierárquicos da linguagem: a semiótica como pesquisa de método*

Zeno Queiroz**

Resumo: Este artigo visa esclarecer como indução e dedução, operações cognitivas constituintes de abordagens científicas diversas, se fazem complementares na elaboração dos níveis hierárquicos da linguagem que fundamentam o fazer parafrásico da semiótica discursiva. Inicialmente, promove-se, por meio das propostas de Karl Popper, uma recensão filosófica que situa a tensão histórica entre os métodos indutivo e dedutivo no campo da pesquisa científica. Em seguida, mostra-se, mediante uma leitura pormenorizada de *Semântica estrutural*, como o nível metodológico da linguagem, para o qual está vocacionado o pensamento semiolinguístico, é, de fato e de direito, o principal lugar de negociação entre a adequação indutiva ao objeto e a coerência dedutiva da teoria. Por fim, avaliam-se sumariamente, a partir das lições deixadas por A. J. Greimas em sua obra inaugural, três tendências atuais no âmbito dos estudos semióticos.

Palavras-Chave: semiótica; transposição; hierarquia; metodologia; epistemologia.

* DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4016.esse.2020.167676> .

** Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil. Endereço para correspondência: zenoqueiroz@usp.br . ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0000-9211> .

Porque mesmo que nos dediquemos a andar de aparência em aparência, não é indiferente saber que é sensato parar em algum lugar, e onde parar. Entre as aparências superficiais e a busca estafante de um sentido por trás do sentido que nunca é o certo, uma experiência plurimilenar parece mostrar que existe um nível intermediário em que os homens sentem prazer em situar-se, porque lá encontram mais conforto moral e intelectual, lá sentem-se melhor ou menos mal que em outra parte, sem recorrer a outras considerações se não as hedonistas: esse é o nível do conhecimento científico, da atividade intelectual e da criação artística. Pois bem, então nos apeguemos a isso e, resolutamente, “nos comportemos como se”, a fim de acreditar nisso para todos os fins práticos, não sem, de tempos em tempos, acenarmos com um signo de inteligência para um *memento mori* que engloba nosso universo e, com ele, nós próprios.

(Claude Lévi-Strauss, em *De perto e de longe*)

Introdução

A teoria semiótica de origem francesa aparece, a princípio, no quadro histórico da Linguística como uma investigação em torno daquilo que estava até então restrito ao universo de uma certa semântica. Tomando para si o problema da significação, a obra inaugural de Algirdas Julien Greimas, *Sémantique structurale* (1966), busca, em grande medida, levar a termo as inquietações de Louis Hjelmslev quanto à experiência de constituição de uma “semântica científica” (Hjelmslev, 1991, p. 116). Isso porque, para o linguista dinamarquês, “as antigas tentativas de estabelecer uma semântica universal” (1991, p. 113) tiveram “o grande mérito de entabular uma análise do conteúdo semântico; não tiveram êxito pela simples razão de ser apriorísticos. Pode-se dizer que fracassaram não pelo princípio, mas pelo *método*” (1991, p. 114, grifo nosso). Assim, o que, nas palavras de Hjelmslev, permanece “inteiro” até 1957, quando vem a público o texto “Por uma semântica estrutural”, é, sobretudo, “o problema do método analítico em semântica” (1991, p. 115).

É nesse sentido, então, que o primeiro livro de Greimas surge, antes de tudo, como uma *pesquisa de método*, conforme indica o subtítulo. Compete-lhe enfrentar a “dificuldade de determinar os métodos próprios à semântica e definir as unidades constitutivas de seu objeto” (Greimas, 1973, p. 13), com o intuito assim de tirar da disciplina a pecha histórica de “parente pobre da linguística” (1973, p. 12) e conferir-lhe afinal o estatuto científico que lhe cabe. Como fazê-lo, entretanto?

O capítulo de abertura de *Semântica estrutural*, “Condições de uma semântica científica”, esboça os fundamentos de um possível caminho para a criação de uma teoria da significação que, ciente de suas limitações, atenda, por

um lado, à “necessidade de formalização”, a fim de não “permanecer na contemplação dos seus próprios conceitos gerais”, e, por outro, não apenas “vise às ciências humanas”, mas “as ultrapasse” (Greimas, 1973, p. 14) em seu projeto interdisciplinar de transposição do sentido.

Elaborar a significação, nessa perspectiva, implica um fazer parafrásico, ou seja, uma operação de tradução “de um texto para outro texto, de um nível de linguagem para outro, de uma linguagem, enfim, para outra linguagem” (Greimas; Courtés, 2016, p. 459-460). No entanto, um estudo do sentido que se pretenda de *vocação científica* deve não apenas reconhecer diferentes “níveis de significação” (Greimas, 1973, p. 22), mas ainda os estruturar hierarquicamente em um modelo cuja organização lhe garanta a não contradição, a exaustividade e a simplicidade, organização essa que, conforme defenderemos, depende necessariamente de um duplo movimento de compatibilização entre a adequação à realidade e a coerência interna.

Este artigo busca esclarecer, assim, como indução e dedução, operações cognitivas constituintes de abordagens científicas diversas, se fazem complementares na elaboração dos níveis hierárquicos da linguagem que fundamentam o fazer transpositivo da semiótica. Deseja-se mostrar como o nível metodológico da linguagem, para o qual está vocacionado o pensamento semiolinguístico, é, de fato e de direito, o principal lugar de negociação entre a adequação indutiva ao objeto e a coerência dedutiva da teoria. Com esse gesto, afirma-se que tanto a busca, como indicam Jacques Fontanille e Didier Tsala-Effa (2019, p. 178), por uma “diversificação metodológica da semiótica” que responda às particularidades das metalinguagens descritivas específicas quanto a reivindicação, como sugere Waldir Bevidas (2015), de uma “epistemologia discursiva” que alce a semiótica a um patamar epistêmico no campo das ciências constituem-se, para os propósitos estritos de um linguista-semioticista, experiências em grande medida esvaziadas de sentido, já que, por um lado, ambas são – ou deveriam ser – condicionadas pela prática permanente de construção de uma linguagem metodológica geral e, por outro, nenhuma delas atende às necessidades heurísticas de aprimoramento da operacionalidade do modelo.

Para cumprirmos nossos objetivos, dividiremos o argumento deste texto em três partes. Inicialmente, promoveremos, através de Karl Popper, uma revisão filosófica que situe a tensão histórica entre os métodos indutivo e dedutivo no campo da pesquisa científica. Em seguida, conduziremos uma leitura pormenorizada de *Semântica estrutural* com o propósito de mostrar como indução e dedução foram integradas pela semiótica na hierarquização metalinguística dos níveis que organizam sua prática e determinam sua principal zona de atuação. Por fim, avaliaremos sumariamente, a partir dos direcionamentos sinalizados por Greimas em seu trabalho inaugural, três tendências atuais no âmbito dos estudos semióticos.

1. Indução e dedução

Em seu clássico livro *A lógica da pesquisa científica*, originalmente publicado em 1934, Karl Popper (2002, p. 31) escreve: “o trabalho do cientista consiste em elaborar teorias e pô-las à prova”. De que modo, porém, se elaboram as teorias? E, mais do que isso, como pô-las à prova?

“O estágio inicial, o ato de conceber ou inventar uma teoria”, não parece “reclamar análise lógica, nem ser dela suscetível” (Popper, 2002, p. 31), já que saber como uma ideia nova ocorre ao homem, embora possa revestir-se de grande interesse para a psicologia empírica, não importa para a análise lógica do conhecimento científico, a qual “diz respeito não a questões de fato (*o quid facti?* de Kant), mas apenas a questões de *justificação* ou *validade* (*o quid juris?* de Kant)” (2002, p. 31). Avaliar uma nova teoria sob um prisma lógico significa, pois, eliminar divagações quanto ao psicologismo de uma intuição criadora e “investigar os métodos empregados nas provas sistemáticas a que toda ideia nova deve ser submetida para que possa ser levada em consideração” (2002, p. 32).

Quando da publicação de seu livro, Popper identificava uma “concepção amplamente aceita” de que “as ciências empíricas caracterizam-se pelo fato de empregarem os chamados ‘métodos indutivos’” (Popper, 2002, p. 27), ou seja, procedimentos de inferência que conduziam de *enunciados singulares*, “tais como descrições dos resultados de observações ou experimentos”, a *enunciados universais*, “tais como hipóteses ou teorias” (2002, p. 27). Entretanto, como bem observa o autor, “está longe de ser óbvio, de um ponto de vista lógico, haver justificativa no inferir enunciados universais de enunciados singulares, independentemente de quão numerosos sejam estes” (2002, p. 27), uma vez que uma conclusão colhida a partir da experiência não garante a universalidade dessa experiência e, com efeito, sempre pode revelar-se falsa. Ou, para retomarmos o didático exemplo de Popper, poderíamos também dizer: “independentemente de quantos casos de cisnes brancos possamos observar, isso não justifica a conclusão de que *todos* os cisnes são brancos” (2002, p. 28).

O princípio de indução que supostamente assegura a adequação de uma teoria à realidade não é, portanto, válido *a priori*, como defendem alguns¹. Na verdade, a Lógica Indutiva, ao demarcar seu campo de atuação sob a égide de um critério demasiadamente naturalista, buscando assim afastar-se em definitivo da Metafísica, enveredou por uma abordagem atomista dos fatos que, contraditoriamente, transformou o fazer científico ele próprio em especulação metafísica².

¹ Em *A lógica da pesquisa científica*, retomam-se criticamente, por exemplo, as palavras de Reichenbach.

² Popper não condena de todo a Metafísica, diferentemente, por exemplo, de Hume, que assevera que essa vertente do pensamento, como cita o autor de *A lógica da pesquisa científica* (2002, p. 36), é apenas

Essa situação delicada levou Popper a enfaticamente recusar o que então se apresentava e propor uma teoria do *método dedutivo de prova*, concepção segundo a qual uma hipótese somente admite prova empírica *após* haver sido formulada. Retomando argumentos introduzidos por David Hume em meados do século XVIII no seu *Tratado da Natureza Humana*, o filósofo austro-britânico procurou reformular o problema da demarcação entre a ciência e a não-ciência – separação certamente questionável, à qual retornaremos no final deste artigo – a partir de um critério que invertia a relação de determinação entre sujeito epistêmico e objeto cognoscente. Até a data, todos os enunciados da ciência empírica deveriam ser suscetíveis de julgamento quanto à sua verdade e falsidade, ou seja, deveriam ser verificados por experiência. A recusa da indução, contudo, leva Popper a tomar “como critério de demarcação não a *verificabilidade*, mas a *falseabilidade* de um *sistema*”, exigindo então que “sua forma lógica seja tal que se torne possível validá-lo através de recurso a provas empíricas, em sentido negativo: *deve ser possível refutar, pela experiência, um sistema científico empírico*” (Popper, 2002, p. 42).

O posicionamento do filósofo diverge terminantemente, portanto, daquele que considera “ser o propósito da Ciência a obtenção de enunciados absolutamente certos, irrevogavelmente verdadeiros” (Popper, 2002, p. 39). Ao contrário, interessando-se mais “pelas aventuras da ciência, pelas descobertas que, uma após outra, nos acareiam com novas e inesperadas perguntas, obrigando-nos a tentar encontrar respostas novas e insuspeitadas” (2002, p. 39), Popper, de um lado, confere à pesquisa científica rigor lógico e, de outro, priva-lhe de dogmatismos.

Alguns anos depois da publicação de *A lógica da pesquisa científica*, mais precisamente em 1953, Hjelmslev, nos seus *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*, integra discretamente essa discussão à tradição saussuriana da Linguística. A princípio, o autor dinamarquês parece desvincular-se da linha de pensamento defendida por Karl Popper, pois assume que

Uma teoria, para ser a mais simples possível, só deve elaborar a partir das premissas que sejam necessariamente exigidas por seu objeto. Além do mais, para permanecer fiel a seu objetivo, ela deve, em suas aplicações, conduzir a resultados conformes aos “dados da experiência”, reais ou que assim se presumam. (Hjelmslev, 2013, p. 11)

“s sofistaria e ilusão” que devemos “lançar ao fogo”. Aliás, o filósofo austro-britânico, ao negar a indução, admite o aspecto conjectural – e, portanto, provisório – de todo conhecimento. Ou seja, qualquer teoria baseia-se necessariamente em pressupostos metafísicos atribuíveis somente ao julgamento do cientista. Apesar de não serem refutáveis, porém, esses pressupostos são inteligíveis, isto é, podem ser discutidos criticamente e, por conseguinte, ao contrário do que defendia Carnap, possuem significado. Retomaremos essas questões adiante, quando da discussão a respeito da linguagem epistemológica da semiótica.

Essa, na visão de Hjelmslev, é “uma *exigência metodológica* com a qual toda teoria se vê confrontada” (2013, p. 11, grifo nosso), embora, em última instância, o linguista se esquive elegantemente da questão delegando-a à epistemologia e afirmando de modo taxativo: “Não pretendemos, aqui, abordar esse problema” (2013, p. 11).

A asserção do arriscado³ princípio do empirismo – que exige da descrição a não contradição, a exaustividade e a simplicidade, nessa ordem de relevância – no qual está baseada a teoria da linguagem hjelmsleviana não a torna, porém, escrava do método indutivo (Hjelmslev, 2013, p. 13), o qual, dentre seus inconvenientes, tem o fato de conduzir “inevitavelmente à extração de conceitos hipostasiados como sendo reais” (2013, p. 13). A indução, constata Hjelmslev em consonância com Popper, “não leva das flutuações à constância, mas apenas das flutuações ao acidental”, e assim “entra em conflito com o princípio de empirismo que formulamos: ela não permite que se realize uma descrição não contraditória e simples” (Hjelmslev, 2013, p. 13). Conclui-se, então, que:

Se se pretende partir dos dados supostos da experiência, é exatamente o procedimento inverso que se impõe. Se é possível falar em dados (colocamos essa frase no condicional por razões epistemológicas), esses dados são, para o lingüista, o *texto* em sua totalidade absoluta e não analisada. O único procedimento possível para isolar o sistema que esse texto subentende é uma análise que considera o texto como uma classe analisável em componentes; estes componentes são, por sua vez, considerados como classes analisáveis em componentes, e assim por diante até a exaustão das possibilidades de análise. É possível definir rapidamente esse procedimento como sendo uma passagem da classe ao componente, e não como no procedimento contrário. É um movimento que analisa e especifica e não um movimento que sintetiza e generaliza, o contrário do empreendimento indutivo tal como o conhece a lingüística tradicional. A lingüística contemporânea, que ilustra essa oposição, designou esse procedimento, e outros que lhe são mais ou menos análogos, com o termo dedução. Sabe-se, por experiência, que esse termo choca os epistemólogos, mas mesmo assim o conservamos na esperança de provar, posteriormente, que esta contradição terminológica nada tem de insuperável. (Hjelmslev, 2013, p. 14)

Hjelmslev adota o empirismo para afirmar o caráter descritivo de sua teoria e, com isso, distingui-la “nitidamente de todos os empreendimentos da filosofia da linguagem” (2013, p. 11), mas, ao mesmo tempo, reconhece, como Popper, as contradições da Lógica Indutiva, que fracassa na busca do realismo.

³ O risco é assumido pelo autor: “Assumimos o risco de denominar esse princípio de princípio do empirismo [...]” (Hjelmslev, 2013, p. 11).

Nos *Prolegômenos*, o problema não deixa de merecer uma formulação simplista, tendenciosa e voluntariamente ingênua em prol da objetividade da questão: “é o objeto que determina e afeta a teoria ou é a teoria que determina e afeta seu objeto?” (2013, p. 15). Sendo a teoria designada como um sistema de hipóteses, “é fora de dúvida que a relação de influência entre a teoria e seu objeto é unilateral: é o objeto que afeta e determina a teoria, e não o inverso. A hipótese, depois de confrontada com o objeto, pode revelar-se verdadeira ou falsa” (2013, p. 15). Entretanto, o termo *teoria*, no livro do linguista dinamarquês, é empregado num sentido diferente. Para ele, de um lado, a teoria, “em si mesma, não depende da experiência” (2013, p. 16), pois apenas ela, enquanto sistema dedutivo puro, pode chegar, a partir de certas premissas, aos resultados a que chega, e, de outro lado, o fato de algumas dessas premissas serem tão gerais quanto possível torna a teoria aplicável a um grande número de dados da experiência.

Coerentiza-se, então, um modelo cuja aplicabilidade (e não a validade) é que pode ser confirmada ou contrariada pelos dados da experiência. “A teoria da linguagem, portanto, define assim soberanamente seu objeto ao estabelecer suas premissas através de um procedimento *simultaneamente arbitrário e adequado*” (Hjelmslev, 2013, p. 17, grifo nosso), isto é, através de um trabalho de cálculo, dedutivamente convencionado, e de um trabalho empírico, indutivamente aplicável:

Deste ponto de vista, se relacionarmos a teoria da linguagem com a realidade, a resposta à questão que consiste em saber se o objeto determina e afeta a teoria, ou se é o contrário, é dupla: em virtude de seu caráter arbitrário, ela é *a-realista*; em virtude de seu caráter adequado, ela é *realista*. (Hjelmslev, 2013, p. 17)

Hjelmslev, conquanto fuja inúmeras vezes da epistemologia, revela-se em seu discurso um verdadeiro epistemólogo. Sua teoria da linguagem – promessa de felicidade sempre ensaiada em prolegômenos e resumos – amplia as questões de método na pesquisa científica ao complexificar algumas das contrariedades apresentadas poucos anos antes por Popper e provar que a aparente contradição terminológica entre as abordagens indutiva e dedutiva, de fato, “nada tem de insuperável” (Hjelmslev, 2013, p. 14).

Há, contudo, uma razão para Hjelmslev driblar o debate epistemológico. A linguística estrutural, na medida em que parte da hipótese de que é válido estudar a linguagem como uma entidade autônoma de dependências internas, qual seja uma *estrutura*, não se pronuncia sobre a “natureza” ou a “essência” de seu objeto, substituindo, assim, as apreciações subjetivas e as especulações metafísicas “por uma pesquisa positiva e científica” (Hjelmslev, 1991, p. 30), a qual, para o ser, deve dirigir-se unicamente ao *método* (Hjelmslev, 1991, p. 30).

Ocorre, porém, que “o método ‘cientificamente legítimo’ se resume, em última análise, ao método *empiricamente adequado*”, ou seja, a hipótese sobre a qual está sustentada a linguística estrutural “faz profissão do empirismo; mas para uma hipótese *técnica* é útil escolher uma fórmula que não leve à obrigação epistemológica de definir o empirismo” (Hjelmslev, 1991, p. 30, grifo nosso). O que, portanto, está em causa para o linguista dinamarquês é somente o método, “e o que a pesquisa é chamada a controlar é a possibilidade do método preconizado pela hipótese” (Hjelmslev, 1991, p. 30).

Assim, embora apresente “uma nova *configuração do saber*”⁴ (Badir, 2004, p. 16), a glossemática de Hjelmslev quer ser não uma teoria do conhecimento científico, mas sim um modelo estrutural para o estudo da linguagem e, por sua vez, “uma ‘metodologia para as ciências humanas’”⁵ (Badir, 2004, p. 20). O empreendimento de construção de uma ciência linguística introduzido por Ferdinand de Saussure encontra, pois, no pensamento do linguista dinamarquês os fundamentos epistemológicos daquilo que verdadeiramente lhe interessa, a metodologia, a qual descobrirá seu lugar e sua pertinência com o advento, poucos anos depois, da semiótica greimasiana.

2. Níveis hierárquicos da linguagem

Que é o sentido?, perguntamo-nos a todo momento, já que a todo momento somos bombardeados por “fenômenos” significantes. As eventuais respostas, todas decerto parciais, expandem-no em definições ou condensam-no em denominações; torcem-no em discurso para, a partir dele, extrair uma promessa de entendimento do que quer que se nos imponha “como uma evidência, como um ‘sentimento de compreensão’ absolutamente natural”⁶ (Greimas, 1970, p. 12, tradução nossa).

Ocorre, no entanto, que também o discurso sobre o sentido é significativo, e qualquer tentativa de precisar o sentido desse discurso implicará necessariamente incorrer na criação de um novo discurso. Ou seja, as respostas dadas, quaisquer que sejam, serão “somente respostas por procuração, que acarretam equívocos: não são senão paráfrases, traduções mais ou menos inexatas de palavras e de enunciados por outras palavras e outros enunciados”⁷ (Greimas, 1970, p. 13, tradução nossa). A significação se nos revela, assim, como “essa transposição de um nível de linguagem para outro, de uma linguagem para

⁴ Trecho original: “une nouvelle *configuration du savoir*”.

⁵ Trecho original: “une ‘*méthodologie pour les sciences humaines*’”.

⁶ Trecho original: “comme une *évidence*, comme un ‘*sentiment de comprendre*’ tout naturel”.

⁷ Trecho original: “ce ne sont jamais que des *paraphrases*, des *traductions plus ou moins inexactes de mots et d’énoncés en d’autres mots et d’autres énoncés*”.

uma linguagem diferente, e o sentido não é nada além dessa possibilidade de *transcodificação*⁸ (Greimas, 1970, p. 13, tradução nossa).

Toda reflexão sobre o sentido é, portanto, metalinguística. Seja em nossa vida cotidiana, quando de repente nos interrogamos sobre o que querem dizer as coisas pequenas, seja na prática acadêmica, em que se pensam continuamente, por exemplo, os macrodiscursos da História e da Literatura, a ponderação em torno do sentido demanda a construção de uma linguagem segunda no seio da linguagem natural, a qual, por isso mesmo, em seu “estado normal”, “vive sob a ameaça constante da metáfora”⁹ (Greimas, 1970, p. 14, tradução nossa), ou seja, vê-se, a todo o tempo, metamorfoseada nos textos por meio da sobreposição de figuras que, ao que parece, alimentam o sonho ingênuo de identificar-se plenamente com aquilo a que se chama objeto do mundo. Sob esse ponto de vista, o propósito da semiótica pode ser assim sintetizado:

Se reduzirmos assim o problema do sentido às suas dimensões mínimas, ou seja, a uma transcodificação de significações, e se dissermos que essas transcodificações se dão de forma natural, porém deficiente, podemos nos perguntar se a atividade científica, nesse domínio, não deve consistir em elaborar *técnicas de transposição* que permitam efetuar as transcodificações de forma artificial, porém adequada. A descrição semiótica da significação é, por conseguinte, a construção de uma linguagem artificial adequada. (Greimas, 1970, p. 14, tradução nossa)¹⁰

O texto inicial do livro *Du sens* (1970) – espécie de manifesto, ao mesmo tempo, da potência e da limitação do projeto semiótico – dá o tom da teoria arrematada por Greimas: é dela a função de estruturar artificialmente o exercício transpositivo que constitui a interrogação natural sobre o sentido, a fim de assegurar, dessa forma, a coerência e a homogeneidade que lhe garantirão certa cientificidade. Organizar em uma *hierarquia*, qual seja uma “relação de pressuposição lógica” (Greimas, 1973, p. 22), os diferentes níveis linguísticos envolvidos nessa atividade de tradução é, portanto, um tipo de precaução deontológica de que “se cerca o sujeito cognoscente para exercer e, mais especialmente, para realizar o programa [científico] que se fixou” (Greimas; Courtés, 2016, p. 58).

A primeira distinção que se efetua nesse processo de estratificação da linguagem é, pois, aquela entre a *linguagem-objeto* e a *metalinguagem descritiva*.

⁸ Trecho original: “cette transposition d'un niveau de langage dans un autre, d'un langage dans un langage différent, et le sens n'est que cette possibilité de *transcodage*”.

⁹ Trecho original: “vivre sous la menace constante de la métaphore est un état normal”.

¹⁰ Trecho original: “Si l'on réduit ainsi le problème du sens à ses dimensions minimales, c'est-à-dire à un transcodage de significations, et si l'on dit que ces transcodages se font naturellement, mais mal, on peut se demander si l'activité scientifique dans ce domaine ne doit pas consister à élaborer des *techniques de transposition* qui permettent d'effectuer les transcodages artificiellement, mais bien”.

Se é, com efeito, “extremamente difícil falar sobre o sentido e dele dizer algo de sensato”¹¹ (Greimas, 1970, p. 7, tradução nossa), isso em grande medida se deve ao fato de que a matéria que constitui o objeto é a mesma que se usa para descrevê-lo; “o acusado”, escreve Greimas (1973, p. 21), “é ao mesmo tempo seu próprio juiz”. Desse modo, faz-se necessário, de partida, um gesto objetivante que coloque em perspectiva o dado analisável e o aparte do sujeito analista, para que assim se estabeleçam, no mínimo, dois patamares linguísticos diferentes, cuja relação de dependência é justamente o que os distingue e os define.

Esse, entretanto, é na verdade um ato “natural” de qualquer discurso que tome como objeto uma semiótica (no sentido hjelmsleviano do termo). A “língua da crítica pictórica”, por exemplo, é “obra coletiva de várias gerações de críticos de arte” (Greimas, 1973, p. 23-24) cujo olhar foi dedicado à reflexão em torno da linguagem visual. Nesse momento, a verdade é “concebida como uma *adequação à realidade*” (Greimas, 1973, p. 25, grifo nosso). Essa metalinguagem, contudo, apesar de adequada, não chega a se constituir *científica*, uma vez que, para o ser, “todos os termos que a compõem” deveriam organizar-se em “um corpo coerente de definições” (Greimas, 1973, p. 24). Para que a metalinguagem semiótica possa, então, ser considerada científica, é preciso que suas próprias definições sejam colocadas como língua-objeto e estudadas em um nível hierárquico superior, o que quer dizer que a “definição de uma metalíngua científica coloca como condição, e pressupõe, conseqüentemente, a existência de uma *meta-metalinguagem*, ou linguagem terciária” (Greimas, 1973, p. 24). Nessa perspectiva, uma teoria científica do sentido:

só pode ser concebida como a união, pela relação de pressuposição recíproca, de *duas metalinguagens: uma linguagem descritiva ou translativa*, onde as significações contidas na linguagem-objeto poderão ser formuladas, e *uma linguagem metodológica*, que defina os conceitos descritivos e verifique sua coesão interna. (Greimas, 1973, p. 24, grifos nossos)

O nível metodológico da linguagem funciona, portanto, como uma instância de controle da descrição operada no nível linguístico anterior. Por um lado, ao definir os conceitos – indutivamente construídos a partir da análise da linguagem-objeto –, a linguagem metodológica determina a pertinência desses na economia terminológica da linguagem descritiva e, por outro, ao verificar sua coesão interna, avalia se a relação entre os termos é não-contraditória. A verdade que, como dito acima, antes se aferia somente por sua adequação, passa agora a ser também “considerada enquanto *coesão interna*” (Greimas, 1973, p. 25, grifo nosso).

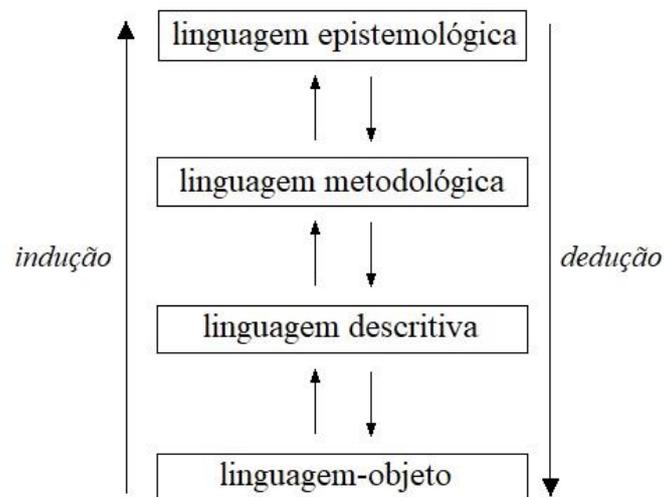
¹¹ Trecho original: “Il est extrêmement difficile de parler du sens et d'en dire quelque chose de sensé”.

Ou seja, se o modelo descritivo deseja ultrapassar “os *limites* de um dado conjunto significativo” e atingir “os *limites* de uma metodologia geral” (Greimas, 1973, p. 25, grifos nossos), ele precisa, dedutivamente, assumir como verdadeiros alguns postulados hipotéticos que lhe permitam circunscrever certo campo de atuação. Isso, é claro, significa reconhecer que haverá sempre um “desnível teórico, e às vezes prático, entre modelo e manifestação” (Greimas, 1973, p. 25), mas, ao mesmo tempo, é admitir que, com efeito, nenhum domínio científico será capaz de abarcar o objeto em sua totalidade e, tendo aceitado isso, é possível simplesmente:

parar em algum nível metalinguístico e dizer que não se irá mais longe, que os conceitos inventariados permanecem indefiníveis e que se pode passar às coisas sérias, ou seja, ao estabelecimento de uma axiomática que, somente ela, permitirá retomar, por etapas sucessivas, o sentido das palavras e os efeitos que suas combinações produzem em nós. Esse é talvez o procedimento mais sensato, mas é também uma confissão de impotência. (Greimas, 1970, p. 7, tradução nossa)¹²

O nível epistemológico da linguagem é, então, aquele em que são tomados pelo teórico alguns posicionamentos mínimos que lhe possibilitam controlar, no nível metodológico, “a elaboração dos procedimentos e a construção dos modelos” (Greimas; Courtés, 2016, p. 308-309). “Os pressupostos epistemológicos devem ser, conseqüentemente, tão pouco numerosos e tão gerais quanto possível” (Greimas, 1973, p. 15), visto que constituem um conjunto elementar de proposições não-demonstráveis que, por decisão arbitrária, são tidas como demonstradas. Tratam-se, para usarmos a feliz expressão de Greimas (1973, p. 116, grifo nosso), de “*especulações* epistemológicas”, as quais, para os propósitos de um linguista-semioticista, se prestam menos à reflexão em torno das condições primeiras de compreensão do sentido do que à possibilidade de criar as operações constituintes da “linguagem intermediária” (Greimas, 1973, p. 92) que é o método.

¹² Trecho original: “Évidemment, il y a toujours moyen de s'arrêter sur un quelconque palier métalinguistique et de se dire qu'on n'ira pas plus loin, que les concepts inventoriés restent indéfinissables, et que l'on peut passer aux choses sérieuses, c'est-à-dire à l'établissement d'une axiomatique qui, elle seule, permettra de redescendre, par échelons successifs, jusqu'aux sens des mots et aux effets que leurs combinaisons produisent sur nous. C'est peut-être la procédure la plus sage, mais c'est aussi un aveu d'impuissance”.

Figura 1: Níveis hierárquicos da linguagem.

Fonte: Elaboração própria.

Conclui-se, pois, que estão a serviço da linguagem metodológica tanto a linguagem epistemológica quanto a linguagem descritiva, uma vez que os conceitos dessa só são estruturáveis na medida em que possam ser interdefinidos e os postulados daquela se nos oferecem tão somente como condição básica para que se proceda à modelização. A descrição obedece, portanto, “a dois princípios simultaneamente presentes e contraditórios: é *indutiva* em seu desejo de dar conta fielmente da realidade por ela descrita; é *dedutiva* em virtude da necessidade de manter a coerência do modelo em construção e de atingir à generalidade” (Greimas, 1973, p. 92).

3. O primado do método: domínios e fronteiras

Atualmente, as lições deixadas em *Semântica estrutural* por Greimas encontram algumas ressonâncias significativas no âmbito dos estudos semióticos. Poderíamos, correndo certamente o risco de sermos parciais, segmentá-las em três principais tendências¹³.

A primeira parece ser aquela que busca aproximar a metodologia geral da semiótica às linguagens descritivas referentes a domínios específicos do conhecimento. Fontanille e Tsala-Effa, por exemplo, argumentam que uma das “dificuldades constantes da semiótica é a distância, para não dizer lacuna, que se instalou entre as especulações teóricas e as reflexões epistemológicas, de um

¹³ Assumimos as limitações da exposição que faremos a seguir. Não temos a pretensão de sermos exaustivos em nosso diagnóstico; ao contrário, desejamos apenas delimitar alguns apontamentos gerais que permitam, em pesquisas ulteriores, uma investigação aprofundada das linhas de força que determinam o painel teórico da semiótica contemporânea.

lado, e os métodos e resultados da descrição e da interpretação dos dados, de outro” (2019, p. 163). Para os autores, essa situação, decorrente “da própria incerteza que pesa sobre o estatuto epistemológico da semiótica” (2019, p. 163), cria certos “efeitos prejudiciais” (2019, p. 163), tais como:

- (i) a inconsequência geral das tipologias semióticas teóricas que pouco se ocupam da *diferenciação metodológica*, satisfazendo-se com procedimentos de análise uniformes, quando não indistintos;
- (ii) a frequente incapacidade que têm as análises semióticas diante da *especificidade individual de cada objeto*; e (iii) a tendência bastante comum de apagar, por meio de um esforço teórico-metodológico, a *heterogeneidade e a diversidade intrínseca aos dados* que serão considerados na análise semiótica (Fontanille; Tsala-Effa, 2019, p. 163, grifos nossos).

De acordo com Fontanille e Tsala-Effa, seria necessário então que, “levando ao limite a sua reflexão metodológica” (2019, p. 178), a semiótica, já que “se interessa pelas obras e, de modo geral, pelos produtos da cultura” (2019, p. 163), não se satisfizesse com a “elaboração de modelos gerais” (2019, p. 163), “pois *cada obra, cada objeto*, submetido a leis mais gerais, tem sempre seu valor cultural aferido pela sua *irreduzível singularidade*” (2019, p. 163-164, grifos nossos).

Concordamos com os autores quanto à especificidade de cada texto-objeto, que, como explicita o já clássico percurso gerativo do sentido, passa por investimentos semânticos característicos cuja organização em discurso fica a cargo do modo como são mobilizadas as operações enunciativas. Parece-nos, porém, que subordinar a linguagem metodológica da semiótica às linguagens descritivas próprias a ramos do saber diversos implica, primeiro, romper com a lógica de pressuposição constitutiva da hierarquização metalinguística – condição *sine qua non* de uma semântica científica – e, segundo, ameaçar o rigor do método em função de uma aposta (talvez comprometedora) na “multiplicação dos pontos de vista e, por conseguinte, dos objetos criados por cada perspectivação particular, numa descrição *ecleticamente perigosa* dos fatos semióticos” (Saraiva; Leite, 2017, p. 140, grifo nosso).

Uma segunda tendência que hoje se delinea, a nosso ver, é aquela que pretende dar especial ênfase à linguagem epistemológica. Bevidas, por exemplo, em trabalhos recentes, tem procurado consolidar, por meio de uma radicalização do conceito de imanência, o que ele chama, a partir de uma expressão de Gaston Bachelard, de “epistemologia discursiva”. Para o autor, a teoria de Greimas, ao buscar nas estruturas “*a(s) racionalidade(s) discursiva(s)* em operação em cada ato de linguagem” (2015, p. 202), matiza um tipo de investigação que se debruça sobre:

1. o que o discurso *fez*, de discurso em discurso – nas miríades e múltiplas formas de sua manifestação ao longo da diacronia histórica de seu processamento – na construção dessa paleta de racionalidade discursiva; 2. o que o discurso *faz* nas suas produções atuais e na sincronia de seu funcionamento, 3. deixando vislumbrar ampla margem de imaginação ao que o discurso *fará* nas criatividades futuras permitidas expansivamente por tal racionalidade discursiva. (Beividas, 2015, p. 202)

Nesse contexto, em que “no nível das epistemologias” (2015, p. 204) alguns desafios espreitam a teoria semiótica, é relevante, do ponto de vista de Beividas, “fazer avançar o conceito de *semiocepção*” (2015, p. 204), o qual, “como *hipótese e argumento*” (2015, p. 204, grifos nossos), pode ser usado para defender uma “terceira via” do conhecimento: “a semiótica imanente de Hjelmslev e Greimas, a partir de Saussure” (2015, p. 204). Para ela, escreve o semioticista, “no homem, o advento e presença da linguagem revira tão espetacularmente a percepção do mundo, que esta se torna ajustada, teleguiada, ‘anteguiada’ mesmo pela *semiologia* de seus signos” (2015, p. 204). Tal perspectiva objetiva “fazer valer o princípio de uma epistemologia discursiva perante o realismo naturalista das ciências cognitivas, neurocognitivas e adjacentes, bem como perante o transcendentalismo generalizado das filosofias” (2015, p. 205).

Estamos, em grande medida, de acordo com o que diz Beividas. Ao enfatizar o discurso como objeto prioritário da semiótica, o autor reafirma a estrutura como “o modo de existência da significação” (Greimas, 1973, p. 39) e recupera, de forma indireta, o *slogan* eternizado por Greimas em julho de 1973, quando esteve no Brasil: “Fora do texto, não há salvação”¹⁴. Entretanto, devemos ressaltar o caráter *especulativo* (conforme a expressão do mestre lituano, anteriormente mencionada) da epistemologia. Por sua condição hipotética, produto simplesmente de uma tomada de posição arbitrária, o nível epistemológico da linguagem não pode ser inflacionado com conceitos que não se prestem ao aperfeiçoamento do método, visto que esses não se sujeitam à verificação e, conseqüentemente, podem comprometer a estabilidade científica pretendida pela teoria.

No presente, quando a semiótica discursiva parece se fragmentar quanto à própria definição das balizas de seu objeto (discute-se muito, agora, sobre a capacidade do modelo de dar conta do que supostamente estaria “fora” do texto), é bastante oportuno o argumento de Beividas, uma vez que esse assume sensatamente que o fazer científico limita-se a um ponto de vista que funciona como “uma medida do mundo”¹⁵ (Greimas, 1974, p. 11, tradução nossa) e que,

¹⁴ Trecho original: “Hors du texte, point de salut. Tout le texte, rien que le texte et rien hors du texte” (Greimas, 1974, p. 25).

¹⁵ Trecho original: “une moyenne du monde”.

por conseguinte, a única realidade da qual ele deveria se ocupar é a do objeto que definiu para si, de tal sorte que sua perspectiva seja capaz não de dizer tudo aquilo que pode ser dito sobre a totalidade do “real” – se é que isso é possível –, mas sim de dizer tudo aquilo que pode ser dito sobre seu objeto. Todo realismo ingênuo e todo psicossociologismo pragmático são, assim, colocados entre parênteses em função da primazia do dado semiótico, que é o que afinal define a zona de atuação da ciência da linguagem. É preciso sublinhar, todavia, que não há novidade nesse raciocínio e que, conquanto esteja comprometido com a coerência interna da semiótica, ele se restringe a um axioma, isto é, um posicionamento não demonstrável que se aceita convencionalmente apenas como fundamento necessário para a construção metodológica, como exposto acima. Não existe prova (pelo menos não por ora) de que a semiologia dos signos “anteguia” ou não a percepção humana: admite-se de modo arbitrário esse princípio – ou, como faz Greimas (1970, p. 10), ignora-se essa questão para não se mergulhar inutilmente no vão da “eterna filosofia” e, desse modo, deslocar-se da posição mais ou menos confortável de linguista para a de “mau filósofo” – pois o que se apresenta materialmente para o olhar semiolinguístico é a realidade sígnica. Entendemos, portanto, que, embora seja razoável, o argumento de Beividas peca por não ser de todo operacional.

Parece-nos que essas duas abordagens, apesar de díspares, compartilham de um traço em comum: ambas pensam a semiótica nas suas fronteiras com outros territórios do conhecimento. Fontanille e Tsala-Effa, por um lado, adotam uma postura mais conciliatória – contratual, poderíamos também dizer – e, tentando estabelecer um diálogo especialmente com a Antropologia e Etnologia, diluem o jargão semiótico nas metalinguagens dessas áreas. Beividas, por outro lado, exerce uma conduta mais combativa e, desejando tirar a semiótica do lugar de marginalidade que lhe foi conferido ao longo da história, polemiza, no nível epistemológico, com campos notadamente mais prestigiados, como é o caso da Filosofia. Embora os dois posicionamentos sejam, como esperamos ter demonstrado, criticáveis, devemos reconhecer que tanto um quanto o outro gozam de um atributo admirável: esforçam-se por estabelecer canais interdisciplinares de comunicação, permitindo assim que a semiótica interaja com outros domínios científicos.

Apontamos, finalmente, como terceira tendência aquela que dá continuidade – com expansões e retificações, é claro – ao projeto greimasiano em torno da linguagem metodológica. Claude Zilberberg, a nosso ver, é seu principal representante. A obra do semioticista francês tenta reservar, ao lado da diferença saussuriana e da dependência hjelmsleviana, “um lugar para a *medida*, para o valor dos *intervalos*, já que as nossas vivências são (antes de mais nada? principalmente?) medidas, ora dos acontecimentos que nos assaltam, ora dos estados que, por sua persistência, nos definem” (Zilberberg, 2011, p. 14, grifos

nostros). Articulando as sílabas do *mais* e do *menos* – “unidades extremas da progressividade e da degressividade” (Zilberberg, 2011, p. 55) –, o modelo tensivo se dedica a construir uma *gramática* que viabilize a análise da gradiência discursivamente inscrita na oposição fundamental da estrutura elementar de significação. É sua tarefa então “isolar *morfologias*”, “demonstrar a existência de *hierarquias*” e projetar as grandezas semióticas “menos [como] traços do que [como] vetores” (Zilberberg, 2011, p. 18-19).

Empenhado em, antes de qualquer coisa, formalizar os operadores da tensividade em um método geral de análise, Zilberberg, de um lado, submete as linguagens descritivas à linguagem metodológica da semiótica tensiva: por meio de um ato de abstração, ele transforma as descrições dos movimentos ondulatórios dos vários discursos em um conjunto de procedimentos interdefiníveis (os quais, pouco a pouco, vão ganhando um aspecto cada vez mais econômico¹⁶). De outro lado, o semioticista francês afirma categoricamente: a “epistemologia da semiótica não pode ser senão analítica”¹⁷ (2013, p. 119, tradução nossa). O autor faz, pois, de suas “intuições epistemológicas” – formulação certa de Herman Parret (2017, p. 22), fruto de uma acurada leitura de *Semântica estrutural* – escolhas estratégicas às quais tem de resignadamente se submeter para poder efetuar, com algum valor científico, seu trabalho de transposição do sentido, ou, se nos for permitido retomar as palavras de Greimas (1970, p. 7), para simplesmente “passar às coisas sérias”. Embora sua reflexão sobre as pré-condições da significação autorize-lhe um aceno para esse “espaço teórico ‘imaginário’ e até mítico” (Greimas; Fontanille, 1993, p. 17) que é a epistemologia de uma ciência e permita-lhe auspiciar “um conjunto de modulações tensivas que prefiguram a aspectualização discursiva propriamente dita” (Greimas; Fontanille, 1993, p. 166), Zilberberg jamais perde de vista a necessidade de traduzir essa prefiguração intuída em “uma gramática aspectual” (Greimas; Fontanille, 1993, p. 17) cuja finalidade seja dar conta não da percepção de um corpo fenomenológico, mas (apenas?) daquilo que dele se projeta no discurso através de operadores sintáxico-semânticos “atribuídos a um único agente, o sujeito enunciante” (Zilberberg, 2011, p. 161).

Reconhecemos, enfim, que Claude Zilberberg, no amplo quadro das pesquisas semióticas, foi seguramente um dos teóricos que melhor soube aproveitar a experiência greimasiana. Assim como o mestre lituano, o semioticista francês corajosamente decidiu “escolher, com o risco de descontentar a todos, o caminho mediador” (Greimas, 1973, p. 14); através da metodologia, buscou, com efeito, alargar a estreita passagem que a semiótica desde o princípio almeja desbravar; e, em última instância, nesse percurso, pretendeu evidenciar – e afinal

¹⁶ Uma leitura cronológica da obra de Zilberberg permite verificar o que aqui dizemos. A forma mais operacional do modelo tensivo é particularmente perceptível nos livros *Elementos de semiótica tensiva*, originalmente publicado em 2006, e *La structure tensiva*, de 2012.

¹⁷ Trecho original: “la epistemología de la semiótica no puede ser sino analítica”.

evidenciou – como “é de fato o *método* que decide sobre o equilíbrio entre a construção sistematizante e a análise descritiva, entre a coerência e a verificação, entre a dedução e a indução, entre a subordinação e o pacto” (Parret, 2017, p. 21).

Palavras finais

Para concluir, gostaríamos de dizer algumas poucas palavras sobre a insistência dos semioticistas (também presente neste texto) na orientação científica que pretendem conferir à sua teoria. Alguns podem argumentar – de forma cabível, pois provocativa – que a defesa da cientificidade que faz a semiótica leva-lhe a estabelecer uma distinção valorativa entre a *ciência* e a *não-ciência*, como se o discurso do que se convencionou chamar de “senso comum”, por exemplo, não fosse legítimo nos debates sobre o sentido.

Ao contrário, pensamos que, como acertadamente afirmou Pierre Bourdieu em resposta a uma questão de Roger Chartier a esse respeito, a separação entre “o profeta (o consagrado) e os profanos” é “uma separação detestável”, porque, primeiro, “temos motivo para falar de ciência mesmo que nossa ciência seja incoativa, incipiente, balbuciante etc.” (Bourdieu; Chartier, 2017, p. 20), e, segundo, não podemos deixar de reconhecer, tal como detalhadamente demonstrou Karl Popper, que: “Apesar de tudo, há uma separação de natureza entre o esforço científico que despende o historiador, o etnólogo, o sociólogo ou o economista [ou o linguista-semioticista] e o que faz, por exemplo, o filósofo. *Nosso trabalho destina-se a ser verificável ou falsificável*” (Bourdieu; Chartier, 2017, p. 20-21, grifo nosso).

Logo, ao se falar de ciência, assume-se “a condição de que, ao pronunciar a palavra ‘ciência’, se aceite “a possibilidade de ser refutado com argumentos científicos” (Bourdieu; Chartier, 2017, p. 21). No campo dos estudos discursivos, o critério da cientificidade – não do cientificismo – ainda se faz pertinente, portanto, não para invalidar o que quer que se deseje dizer, mas para horizontalizar as discussões acadêmicas por meio de um exercício de exame dos dados textuais que afinal transforme as convicções subjetivas em análises objetivas, os inimigos em adversários e os ataques em refutações. ●

AGRADECIMENTOS

Este artigo é, em grande medida, produto das discussões construídas coletivamente no Grupo de Estudos Semióticos da Universidade Federal do Ceará (SEMIOCE), coordenado pelos professores José Américo Bezerra Saraiva, Ricardo Lopes Leite e Carolina Lindenberg

Lemos. Devo a esses docentes e aos meus colegas de Graduação e Pós-Graduação da UFC as reflexões que deixo aqui registradas.

Referências

- BADIR, Sémir. *Hjelmslev*. Paris: Les Belles Lettres, 2004.
- BEIVIDAS, Waldir. Semiótica imanente e percepção humana. Posicionamentos liminares para uma epistemologia discursiva. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de; HILGERT, José Gaston; NEVES, Maria Helena de Moura; BATISTA, Ronaldo de Oliveira (org.). *Linguagens e saberes: estudos linguísticos*. São Paulo: Annablume, 2015.
- BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. *O sociólogo e o historiador*. Trad. João de Freitas Teixeira e Jaime A. Clasen. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- FONTANILLE, Jacques; TSALA-EFFA, Didier. Por uma semiótica dirigida pela metodologia. *Estudos Semióticos*. v. 15, n. 1, p. 162-180, 19 ago. 2019.
- GREIMAS, Algirdas Julien. *Du sens*. Essais sémiotiques. Paris: Éditions du Seuil, 1970.
- GREIMAS, Algirdas Julien. L'énonciation (une posture épistémologique). *Significação*. Revista Brasileira de Semiótica. Ribeirão Preto, n. 1, p. 9-25, 1974.
- GREIMAS, Algirdas Julien. *Semântica estrutural*: pesquisa de método. Trad. Haqira Osakabe e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1973.
- GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. *Dicionário de semiótica*. 2. ed. Trad. Alceu Dias Lima et al. São Paulo: Contexto, 2016.
- GREIMAS, Algirdas Julien; FONTANILLE, Jacques. *Semiótica das paixões*: dos estados de coisas aos estados de alma. Trad. Maria José Rodrigues Coracini. São Paulo: Ática, 1993.
- HJELMSLEV, Louis. *Ensaio linguísticos*. Trad. Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- HJELMSLEV, Louis. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. 2. ed. Trad. J. Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- PARRET, Herman. Construir uma epistemologia para a semiótica em 1966. *Estudos Semióticos*, v. 13, n. 2, p. 19-27, 20 dez. 2017.
- POPPER, Karl. *A lógica da pesquisa científica*. Trad. Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 2002.
- SARAIVA, José Américo Bezerra; LEITE, Ricardo Lopes. *Exercícios de semiótica discursiva*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017.
- ZILBERBERG, Claude. Acordes y desacordes en *Los conquistadores* de Heredia. *Tópicos del Seminario*, v. 30, p. 119-136, 2013.
- ZILBERBERG, Claude. *Elementos de semiótica tensiva*. Trad. Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Beividas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.
- ZILBERBERG, Claude. *La structure tensiva*. Liège: Presses Universitaires de Liège, 2012.

Hierarchical levels of language: semiotics as method research

 QUEIROZ, Zeno

Abstract: This paper aims to clarify how induction and deduction, cognitive operations that constitute various scientific approaches, are complementary in the elaboration of the hierarchical levels of language that underlie the paraphrastic practice of semiotics. It is initially promoted, through Karl Popper's ideas, a philosophical review in order to place the historical tension between inductive and deductive methods in the field of scientific research. Then it is presented, through a detailed reading of Structural Semantics, how the methodological level of language, to which the semiolinguistic perspective is devoted, is, indeed, the spot where the negotiation between the inductive adequacy to the object and the deductive coherence of the theory happens. Finally, it is evaluated, from the lessons left by A. J. Greimas in his first book, three current trends in the scope of semiotic studies.

Keywords: semiotics; transposition; hierarchy; methodology; epistemology.

Como citar este artigo

QUEIROZ, Zeno. Níveis hierárquicos da linguagem: a semiótica como pesquisa de método. *Estudos Semióticos* [online]. Volume 16, número 3. Dossiê temático: "Semiótica e Epistemologia". São Paulo, dezembro de 2020. p. 148-165. Disponível em: <www.revistas.usp.br/esse>. Acesso em: dia/mês/ano.

How to cite this paper

QUEIROZ, Zeno. Níveis hierárquicos da linguagem: a semiótica como pesquisa de método. *Estudos Semióticos* [online]. Vol. 16.3. Thematic issue: Semiotics and Epistemology. São Paulo, december 2020. p. 148-165. Retrieved from: <www.revistas.usp.br/esse>. Accessed: year/month/day.

Data de recebimento do artigo: 12/03/2020.

Data de aprovação do artigo: 25/07/2020.

Este trabalho está disponível sob uma Licença Creative Commons CC BY-NC-SA 4.0.

This work is licensed under a Creative Commons License CC BY-NC-SA 4.0.

